

Desligar o computador ou a Internet é ilegal?

Não. O dono de um bem tem todo o direito de dispor dele. Pode emprestá-lo ao Estado, voluntariamente, por acordo e recusar emprestá-lo, sem limites de tempo ou duração. Dado que não existe qualquer acordo escrito ou verbal com o Estado, que presumiu a cedência pelos professores, sem procurar obter formalmente, não há regras de cedência a cumprir. O computador dos professores está ao serviço do Estado, apenas enquanto estes entenderem e pode essa cedência, abusivamente presumida, cessar pelo período que o dono entender, sem mais.

As formas possíveis de o Estado se apropriar de propriedade privada para seu uso são a expropriação ou a requisição, que implicam processos jurídicos que o Estado não iniciou ou invocou neste caso. Os docentes têm a propriedade dos seus computadores e equipamentos, que pagam, e, por isso, têm todo o direito de limitar, total ou parcialmente, o seu uso ao serviço do Estado ou qualquer outra pessoa coletiva ou singular.

Assim, o protesto proposto nada tem de ilegal.

Por outro lado, ilegal é o Estado usar equipamento e recursos privados, sem compensar ou pedir consentimento expresso, e mais ainda, os professores estarem a usar o seu equipamento sem acautelarem a sua responsabilidade pessoal na gestão e proteção de dados dos alunos. Deviam, nos termos legais, ter autorização expressa para o fazer nos seus equipamentos pessoais, sob pena de responsabilidades pesadas em matéria de proteção de dados. Assim, bem vistas as coisas, ilegal e punível, é ceder computadores, não recusar a cedência.

Quem suspender temporariamente a cedência de computadores e/ou net e/ou eletricidade, pode ter falta?

Não. Não faz qualquer sentido que algum diretor o tente, pois seria um abuso de poder. A suspensão de uso do computador/net/eletricidade é um direito do dono. Mesmo que algum tente, essa falta deve ser considerada inexistente, dado que resulta de indisponibilidade de equipamento e não é imputável ao trabalhador (mas ao dono do equipamento). Só como exemplo, recorda-se que os professores casados não são os únicos donos do equipamento e não podem ser penalizados por decisões que não controlam totalmente. A que título é juridicamente exigível que um trabalhador privado, só porque é casado com um professor, seja sujeito a emprestar ao Estado, sem compensação, o que é seu? Cremos que nenhum diretor se arriscará a cometer tamanhas ilegalidades e abusos de poder, num momento com tanto foco da comunicação social.

Além disso, se a net falhasse e o computador avariasse de vez, o professor poderia ter falta? O motivo não é imputável ao trabalhador. A suspensão proposta não emana da condição de trabalhador, mas da condição de dono.

A suspensão pode ser considerada sabotagem ou greve ilegal?

Não. Ninguém pode ser acusado de sabotar o que é seu. O proprietário de uma coisa pode até avariá-la e não é penalizável por isso. Obviamente que ninguém propõe que o faça, mas é a chamada demonstração pelo absurdo. E, insiste-se, as suspensões propostas não emanam da condição de trabalhador, mas de dono dos instrumentos de trabalho. Há até professores que

não estão a trabalhar em computadores seus, mas emprestados. Que culpa terão se o dono deles suspender o uso durante X minutos em cada dia?

Qual a posição sindical sobre este protesto?

Como não é greve, nem precisa de ser, este protesto não é convocado ou apoiado por sindicatos. Apelamos a que não perturbem ou enfraqueçam a força potencial desta ação e, antes, percebam o seu alcance útil, até para a sua atuação. A ação de adesão é livre e individual de cada professor. O grupo promotor inclui professores sindicalizados ou não, de muitas origens, com diferentes situações na carreira e diversidade de opiniões. Os seus nomes estão publicados.

Qual o efeito sobre os alunos?

Por agora pequeno (15m). Com o aumento de adesões cremos que o efeito se notará. Esperamos que seja compreendido pelos aderentes que a luta empreendida é, em última linha, favorável aos alunos, pois a melhoria das escolas e das condições dos professores é boa para os alunos e com efeitos rápidos.

Devem os aderentes dar explicações às direções das escolas e pais?

Como a adesão é livre e individual fica ao critério de cada um. Sugerimos que divulguem com as *hashtags* (#UmApagãoPelaEducação,#EstamosOffPelaEducação,#DarUmApagãoAoBrandão,#PorUmaEducaçãoSemBrandão,#PorUmaEscolaMelhor)

os fundamentos da vossa adesão, com textos próprios, ou usando os que divulgamos. Não têm de justificar a vossa posição de proprietários de equipamentos a ninguém. O Estado não pediu consentimento e, da mesma forma que não deu contas, não têm os donos de dar também.

Poderá ser útil, se se sentirem confortáveis, dialogar com pais para esclarecer a origem do protesto e tentar obter o seu esclarecimento e apoio, visto serem também eles interessados no sucesso do protesto.

Podem os professores aderentes ser convocados para ir trabalhar para a escola?

Numa primeira fase, nunca. Se a Internet falhar bastante em vossa casa, isso também não pode acontecer, dado existir um regime de confinamento geral e não estarem a recusar a cedência. Se algum diretor tentar, estará a abusar do poder e poderá até ser punido. A situação de suspensão por 15 m ou 30 m é diferente da situação dos professores que estão na escola por não terem ou não cederem equipamento. A situação desses é ilegal e um abuso, que alguns dos visados estão a combater, mas é diferente, por ser total, da suspensão parcial e curta que se propõe como protesto.

Não é crível que o Estado decida isso, mesmo que o protesto se alargue a mais tempo. O governo sabe que ao pôr muitos professores a trabalhar na escola, gera um quadro que implica que nada funcione.

Os professores que estão a trabalhar na escola ou a usar em casa equipamento do Estado (das escolas) podem aderir ao protesto?

Não. Nesse caso não sendo donos não podem invocar os fundamentos que legalizam o protesto. Podem desligar a Internet se estiverem a trabalhar em casa. E recorda-se que isso pode acontecer por decisão do resto da família, em especial, nos casos em que nada os liga ao Ministério da Educação. Damos este exemplo, porque já houve um caso passado em que, não podendo os polícias manifestar-se, foram as esposas e maridos civis que assumiram o protesto, porque estavam imunes a quaisquer sanções, mesmo abusivas.

Como podem esses professores que trabalham na escola aderir?

Divulgando, usando as hashtags e escrevendo textos a falar da sua condição de desconfinados à força, fazendo teletrabalho no seu local de trabalho.

Como fazer se for ameaçado, notificado ou contactado por algum diretor sobre este assunto?

Ignorar educadamente. O diretor tem autoridade hierárquica sobre o trabalhador, mas não sobre o proprietário de bens (sendo o direito de propriedade um direito humano e um direito fundamental protegido por convenções e pela Constituição da República). Crê-se que os diretores, conscientes da sua condição de professores, manterão a distância e não interferirão com um protesto que está para lá das suas competências legais. Aliás, como professores que são, até podem aderir ao protesto.

Até quando vai durar o protesto?

Enquanto os professores aderirem ou quando uma maioria dos sindicatos de professores sinalizarem aos promotores, ou em público, que o Governo manifestou concordância em negociar o essencial dos problemas que referimos, em geral, no apelo. No fim de uma semana serão realizadas consultas por meios públicos para verificar a adesão e continuidade.

Qual se espera seja a reação da opinião pública?

Dada a limitação do protesto crê-se que será possível explicar, apesar da máquina de propaganda do governo, a justeza do protesto. Esse trabalho será não só dos porta vozes da comissão do apelo, mas de todos os aderentes que devem esclarecer e evitar que as intenções sejam turvadas ou desviadas para questões laterais não pertinentes.

Este protesto é imoral?

Não. Sendo, numa primeira fase simbólico, a questão nem se coloca. A moralidade individual tem uma forte componente de reflexão pessoal. Por isso, é uma questão de cada um. O protesto visa um governo que mente despudoradamente sobre os professores e a educação (o que é imoral), engana o povo sobre a realidade da situação educativa (o que é imoral) e usa meios que não são seus sem os compensar (o que é ilegal e imoral). Além disso, os professores têm sofrido,

ao longo dos anos, agravos ilegais e imorais e ainda assim continua a esperar-se boa vontade, sem se verificar a reparação devida (o que é imoral).

O prejuízo dos alunos é quase nulo e o protesto em nada afeta o combate nacional à Pandemia ou a crise económica, que em nada se relacionam com esta ação.

A melhoria da situação da Educação, que se pode conseguir se o protesto tiver impacto, pode ser muito boa para o país a curto, médio e longo prazo.

Os professores aderentes não precisam de mentir para aderir, basta que exerçam (ou a sua família) os direitos de dono de equipamento e pagante de serviços.

Como contactar os promotores do protesto?

O grupo promotor está sinalizado e listado no apelo ao protesto com referências de contacto.

apagaoaobrandao@gmail.com

MEMES
Trabalhaste anos e anos e não te contaram o tempo de serviço? Apaga 15 minutos no dia 18-2-2021 às 9h15
Foste tu que pagaste o computador que estás a usar para trabalhar? Apaga 15 minutos no dia 18-2-2021 às 9h15
És contratado e não te contam o que deviam para a SS? Apaga 15 minutos no dia 18-2-2021 às 9h15
Não sobes na carreira por falta de vaga? Apaga 15 minutos no dia 18-2-2021 às 9h15
No Inverno tens um frio de rachar na escola? Apaga 15 minutos no dia 18-2-2021 às 9h15
Na tua escola a internet é lenta? Apaga 15 minutos no dia 18-2-2021 às 9h15
Na tua escola faltam assistentes operacionais? Apaga 15 minutos no dia 18-2-2021 às 9h15
Foste prejudicado na avaliação de desempenho? Apaga 15 minutos no dia 18-2-2021 às 9h15
Achas que a tua escola precisa de um sério investimento ? Apaga 15 minutos no dia 18-2-2021 às 9h15
Na tua escola faltam os recursos essenciais para os teus alunos aprenderem? Apaga 15 minutos no dia 18-2-2021 às 9h15
Queres reformar-te e ainda vai demorar? Apaga 15 minutos no dia 18-2-2021 às 9h15

Hashtags do protesto

#UmApagãoPelaEducação #EstamosOffPelaEducação #DarUmApagãoAoBrandão
#PorUmaEducaçãoSemBrandão #PorUmaEscolaMelhor #PorUmaEducaçãoMelhor
#desconfinadosàforça #porumaeducaçãosembrandão #porumaescolamelhor #teletrabalho